

Bancos dos EUA elevam taxas de juros. E a dívida aumenta.

Os principais bancos norte-americanos aumentaram ontem de 8,75 para 9,25% sua taxa preferencial de juros (**prime rate**), cobrada sobre vários tipos de empréstimos comerciais e ao consumidor, além de incidir sobre grande parte da dívida externa dos países em desenvolvimento. A medida afetará seriamente os países com empréstimos externos contraídos com base na taxa preferencial. Quanto ao Brasil, o aumento poderá significar um adicional em juros de quase meio bilhão de dólares. Aliás, o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, ontem mesmo divulgou nota em que se diz preocupado com os aumentos da **prime rate** e da Libor, este ocorrido anteontem. Ele calcula que a variação das duas taxas representa um custo adicional de aproximadamente 1,4 bilhão de dólares anuais sobre o serviço da dívida externa brasileira.

O Chase Manhattan Bank foi o primeiro a anunciar o aumento da taxa, imediatamente secundado pelo Citibank, Marine Midland Bank, Manufacturers Hanover Corp., Continental Illinois e The Bank of New York. Outros bancos deverão acompanhar a iniciativa, que desde algum tempo vinha sendo aguardada pelo mercado financeiro, para deter a baixa do dólar e manter a inflação sob controle. "Basicamente, o aumento não chega a surpreender", disse em Nova York a analista Elizabeth G. Reiners. "Os bancos se viram sob pressão para manter margens de lucros, depois de se despedirem de enormes quantias no conceito de reservas para perdas por empréstimos."

A questão da dívida também está sendo tratada na reunião do Conselho da Organização dos Estados Americanos, em Washington, e o delegado mexicano, Mario Rodríguez, foi logo reclamando: "A medida nada mais faz que revelar que o princípio da co-responsabilidade no manejo da dívida externa ainda não foi adotado por todos os setores envolvidos na crise".

O acréscimo de US\$ 1,4 bilhão previsto por Bresser Pereira no serviço da dívida acontecerá depois de um ano, se a Libor e a **prime rate** mantiverem os níveis atuais. Mas o custo adicional poderá cair ou subir diante de novas variações das taxas.

A nota do Ministério da Fazenda esclarece que 76% da dívida brasileira registrada são regidos pela Libor e pela **prime rate**. A primeira — taxa do mercado interbancário londrino — subiu de 6,2% em janeiro para 8% em setembro, e finalmente para 8,5% anteontem. Já a **prime rate** — taxa preferencial do mercado de Nova York — subiu a 9,25% ontem, o que, segundo a nota, representa um acréscimo de 1,8% de janeiro a setembro.

Bresser Pereira diz ainda, na nota, que a tendência de subida das taxas de juros internacionais "agrava o ônus de nossa dívida externa e comprova o acerto das proposições brasileiras para o seu equacionamento". Diretores do Banco Central afirmaram ontem que a elevação da Libor deixa defasada a programação da balança de pagamentos para 1988, baseada em uma taxa de 8%.

O diretor para a dívida externa, Antônio de Pádua Seixas, disse que o aumento das taxas dificulta o processo de negociação iniciado há dez dias nos Estados Unidos pelo presidente do BC, Fernando Milliet, e pelo assessor do MF, Fernão Bracher. Segundo os diretores do BC, US\$ 50 bilhões da dívida brasileira — equivalente a 49% da dívida com os bancos privados — estão vinculados à Libor, e US\$ 16,2 bilhões (16%) estão vinculados à **prime rate**.

▶ ministro Bresser Pereira chegou a sugerir (sem sucesso) que ele viajasse para os EUA com dois planos alternativos no bolso, um dos quais muito mais próximo dos interesses da comunidade financeira internacional. Dificilmente, segundo uma fonte peemedebista, o partido poderá se convencer a apoiar qualquer proposta para renegociar a dívida que inclua um acordo com o FMI. Assim, as declarações de Fernão Bracher e a imprensa francesa poderão provocar reações importantes na cúpula do partido.

Na sua entrevista, Fernão Bracher explicou também as duas partes da proposta brasileira. Uma primeira, convencional, que consiste em pagar os juros, um total de 10 bilhões de dólares escalonados nos próximos três anos. A segunda parte da proposta brasileira, a de longo prazo, permite aos bancos, que assim o desejarem, transformar seus créditos em obrigações a longo prazo ou em participações locais.

De qualquer forma, as áreas financeiras européias constataam avanços sensíveis para a concretização de um acordo bancário, que incluiria "amplas opções inovadoras". Apesar disso, existem ainda muitos pontos que vão provocar grandes e difíceis debates. Os bancos exigem, por exemplo, que os refinanciamentos sejam feitos a juros de mercado, enquanto o Brasil continua exigindo taxas menos elevadas e mesmo **spread zero**.